


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **1004637-06.2015.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

RELATÓRIO

José Agenor Menochelli pede a condenação de Alessandro Soares Santos ao pagamento de indenização de R\$ 3.600,00 por danos materiais, aduzindo que o réu, na condução de motocicleta, colidiu contra a lateral direita do veículo do autor, tentar ultrapassá-lo pelo lado direito, na Rodovia SP 310, Km 236 e 200 metros, sentido São Carlos – Ibaté, no momento em que ambos os veículos iriam adentrar a alça de acesso do posto Esplanada.

O réu contestou alegando culpa exclusiva do requerente, por este ter mudado de forma repentina da faixa que estava na pista, sem qualquer sinalização, enquanto o réu trafegava regularmente na faixa exclusiva de acesso para o posto de combustível. Em pedido contraposto, requereu a condenação do autor ao pagamento de indenização pelos prejuízos sofridos com o acidente, no limite do teto das ações do JEC, totalizados em R\$ 31.520,00 (trinta e um mil, quinhentos e vinte reais).

Houve réplica (fls. 53/61).

A proposta de conciliação restou infrutífera (fls. 52).

Colhida a prova oral neste juízo e por precatória.

FUNDAMENTAÇÃO

A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo réu não merece acolhimento, pois "tem legitimidade ativa *ad causam* para o pleito o motorista que se achava ao volante do veículo quando do evento e padeceu o prejuízo dele advindo, pois detém a posse do veículo e pode responsabilizar-se perante o proprietário" (AGA 556.138/RS, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 5.4.2004).

Ingressa-se no mérito para rejeitar o pedido originário e acolher o contraposto.

O acidente ocorreu na entrada para um posto de combustíveis da rodovia.

A prova indica que tanto o autor quanto o réu pretendiam ingressar no estabelecimento, não assistindo razão ao autor ao afirmar que o réu estava simplesmente ultrapassando-o pela direita.

O réu e os demais motociclistas que o seguiam iam ingressar, de fato, no posto de combustíveis, como vemos nos depoimentos colhidos por carta precatória (CD, fls. 95), de Maycon Delgado Arantes, Lucas Amorim de Souza e Rodrigo Medeiros Coutinho, não infirmados pelo depoimento de Renan Francisco de Menezes Esteves que, ouvido às fls. 83/84, acabou por reconhecer: "na realidade, não sei se o réu tentou ultrapassar ou se tinha a intenção de entrar no posto".

Firmada tal premissa, temos que, embora pretendendo ambos ingressar no posto de combustíveis, o autor vinha pela faixa da direita da rodovia (à esquerda do réu), e o réu na faixa de acesso ao referido estabelecimento (à direita do autor), fotografada às fls. 36.

A versão do autor é confirmada pela testemunha Renan Francisco de Menezes Esteves, fls. 83/84, todavia restou isolada no panorama probatório, pois que Maycon Delgado Arantes, Lucas Amorim de Souza e Rodrigo Medeiros Coutinho (CD, fls. 95) foram unânimes e harmônicos ao esclarecer que a culpabilidade do acidente é imputável ao autor, que bruscamente ingressou à direita, invadindo a faixa percorrida pelo réu e demais motociclistas, dando ensejo à colisão.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

A versão de que o réu trafegava em alta velocidade não foi confirmada, e em sentido contrário temos, além dos depoimentos colhidos na precatória, as circunstâncias de que o réu não sofreu ferimentos graves e os outros condutores - que acompanhavam o réu no mesmo ritmo - tiveram tempo hábil para frear sem envolverem-se no abaloamento, mesmo estando atrás.

Nesse panorama, a prova converge para a aceitação da tese apresentada pelo réu, impondo-se, conseqüentemente, a rejeição do pedido originário com o acolhimento do contraposto, cumprindo frisar que, a despeito do alto valor, os danos suportados pela motocicleta do réu foram significativos e as despesas necessárias com os reparos foram comprovadas por orçamentos idôneos (fls. 50/51).

DISPOSITIVO

Ante o exposto, rejeitado o pedido originário, julgo procedente o pedido contraposto e **condeno** o autor a pagar ao réu R\$ 31.520,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde o protocolo da contestação em 14/07/2015, e juros moratórios 1 % ao mês desde o evento lesivo em 15/03/2015.

Deixo de condenar qualquer das partes em custas processuais e honorários advocatícios, ante o que dispõe o art. 55, da Lei nº 9.099/95.

Fica o autor, pelo DJE, desde já intimado e ciente de que o termo inicial do prazo de 15 dias para pagamento voluntário, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do Código de Processo Civil, consistirá no trânsito em julgado da decisão final, independente de nova intimação.

P.R.I.

São Carlos, 20 de novembro de 2015.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--